

UMA ANÁLISE CRÍTICA DA BIOÉTICA E DE GÊNERO SOBRE A “SÍNDROME” DA ALIENAÇÃO PARENTAL NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

A CRITICAL ANALYSIS OF BIOETHICS AND GENDER
ON THE “SYNDROME” OF PARENTAL ALIENATION IN
THE BRAZILIAN LEGAL ORDINANCE

UN ANÁLISIS CRÍTICO DE BIOÉTICA Y GÉNERO SOBRE
EL “SÍNDROME” DE LA ALIENACIÓN DE LOS PADRES EN
LA ORDENANZA JURÍDICA BRASILEÑA

SUMÁRIO:

1. Introdução; 2. A “síndrome” da alienação parental; 3. Lei da alienação parental brasileira (12.318/2010) e suas implicações jurídicas em uma perspectiva crítica; 4. A alienação parental sob a perspectiva da bioética e de gênero; 5 Conclusão; Referências.

RESUMO:

O presente trabalho objetiva analisar criticamente a “síndrome” da alienação parental sob a perspectiva da Bioética e de gênero. Tem como método de pesquisa o dedutivo, por meio de procedimento bibliográfico de abordagem qualitativa, com ênfase em procedimentos conceituais e críticos. Analisará a teoria da síndrome da alienação parental, estabelecendo seu contexto, definições e características. Posteriormente, discutirá acerca do dispositivo legal da alienação parental no Brasil, investigando seus aspectos formais para tecer análise jurídica e psicológica crítica. Por fim, conectará

Como citar este artigo:
RAIOL, Raimundo,
REBELO, Thayná.
Uma análise crítica da
bioética e de gênero
sobre a “síndrome”
da alienação parental
no ordenamento
jurídico brasileiro.
Argumenta Journal
Law, Jacarezinho – PR,
Brasil, n. 40, 2023,
p. 33-60

Data da submissão:
17/09/2021

Data da aprovação:
11/08/2023

as ideias levantadas à luz dos conhecimentos bioéticos e de gênero. Nesse sentido, questiona-se se a “síndrome” da alienação parental é uma teoria médico-científica adequada para viabilizar soluções sobre os conflitos familiares, considerando o aporte da Bioética e de gênero.

ABSTRACT:

The present work aims to critically analyze the “syndrome” of parental alienation from a Bioethics and gender perspective. Its research method is deductive, through a bibliographic procedure with a qualitative approach, with an emphasis on conceptual procedures and criteria. It will analyze the theory of parental alienation syndrome, establishing its context, definitions and characteristics. Later, it will discuss about the legal provision of parental alienation in Brazil, investigating its formal aspects to weave critical legal and psychological analysis. Finally, it will connect the ideas raised in light of bioethical and gender knowledge. In this sense, it is questioned whether a “syndrome” of parental alienation is an adequate medical-scientific theory to enable solutions to family conflicts, considering the contribution of Bioethics and gender.

RESUMEN:

El presente trabajo tiene como objetivo analizar críticamente el “síndrome” de alienación parental desde la perspectiva de la Bioética y el género. Su método de investigación es deductivo, mediante un procedimiento bibliográfico con enfoque cualitativo, con énfasis en los procedimientos conceptuales y críticos. Analizará la teoría del síndrome de alienación parental, estableciendo su contexto, definiciones y características. Posteriormente, se discutirá sobre la disposición legal de la alienación parental en Brasil, investigando sus aspectos formales para tejer un análisis jurídico y psicológico crítico. Finalmente, conectará las ideas planteadas a la luz del conocimiento bioético y de género. En este sentido, se cuestiona si el “síndrome” de alienación parental es una teoría médico-científica adecuada para posibilitar soluciones a los conflictos familiares, considerando el aporte de la Bioética y el género.

PALAVRAS-CHAVE:

“Síndrome” da alienação parental; Lei da Alienação Parental – Lei 12.318/2010; Bioética; gênero.

KEY-WORDS:

“Syndrome” of parental alienation; Parental Alienation Law – Law 12.318/2010; Bioethics; gender; critical.

PALABRAS CLAVE:

“Síndrome” de alienación parental; Ley de Alienación Parental - Ley Nº 12.318 / 2010; Bioética; género.

1. INTRODUÇÃO

A “síndrome” da alienação parental requer ser discutida de forma ampla e aprofundada, passando pelos conhecimentos da Bioética e de gênero, como forma de a compreender criticamente.

Essa temática foi cunhada pela primeira vez pelo médico psiquiatra Richard Gardner, em sua observação nas cortes judiciais norte-americanas aos processos de divórcio e de guarda de filhos, ao testemunhar que havia uma tendência das crianças e dos adolescentes apresentarem uma repulsa em conviver com um dos genitores, frequentemente o pai, depois do fim da relação conjugal.

Ao notar esse contexto, Gardner teorizou que essa repulsa dava-se por uma campanha psicológica e difamatória que um dos genitores, frequentemente quem detinha a guarda dos menores, isto é, a mãe, fazia contra o outro genitor. A definição do médico, então, foi a de síndrome da alienação parental, vez que, diante da propagação de ideias alienantes as crianças desenvolviam uma relação patológica com o genitor vítima, internalizando-as como verdade (GARDNER, 2002).

Com base nisso, por meio de manipulações psicológicas e emocionais, o alienante objetiva afastar os filhos de estabelecerem uma relação saudável com o outro genitor depois do fim da relação conjugal, possibilitando que as crianças apresentem uma série de sintomas que diagnosticam a “síndrome” (GARDNER, 2002).

Essa discussão chegou no Brasil a partir dos anos 2000 e foi bem

aceita nos tribunais e no seio social, ganhando visibilidade e credibilidade a ponto de resultar no dispositivo legal 12.318/2010 – Lei da Alienação Parental – que coloca a cargo do Poder Judiciário a análise sobre os casos possíveis de alienação parental, prevendo as medidas e punições cabíveis para cessar esse dano (MANGIA, 2016).

A importância e a necessidade de pesquisar a “síndrome” da alienação parental é questionar a sua base científica e médica, bem como indagar a repercussão jurídica no Brasil, fundamentalmente em virtude da Lei da Alienação Parental (Lei nº 12.318/2010), debatendo acerca dos seus pressupostos e embasamentos legais.

Além disso, justifica-se estudar o assunto para viabilizar uma análise crítica baseada nos pressupostos da Bioética, como uma disciplina que abarca discussões no âmbito familiar, em virtude da conexão entre os âmbitos jurídicos, sociais, psicológicos e científicos que cercam o tema (STRONG, 2010). Nesse sentido, além desse aporte humanizado que estrutura uma ética de preservação da dignidade humana, o tema requer ser entendido à luz da perspectiva de gênero, vez que tem uma defesa que culpabiliza a figura da mãe e da mulher, necessitando ser analisada sob esse viés.

O trabalho tem como método de pesquisa o dedutivo, por meio de procedimento bibliográfico de abordagem qualitativa, com ênfase em procedimentos conceituais e críticos. E questiona em que medida a “síndrome” da alienação parental, que ensejou a Lei nº 12.318/2010, é uma teoria médico-científica adequada para tratar os conflitos familiares, considerando a perspectiva da Bioética e de gênero. Nesse sentido, considerando o teor duvidoso acerca da cientificidade da síndrome, o trabalho usará aspas na palavra (“síndrome”), quando necessário, para tratar acerca dessa teoria, como forma de melhor pontuar os resultados da pesquisa.

Para isso, em primeiro lugar, analisará a teoria da síndrome da alienação parental, estabelecendo seu contexto, definições e características. Posteriormente, discutirá acerca do dispositivo legal da alienação parental no Brasil, investigando seus aspectos formais para tecer análise jurídica e psicológica crítica. Por fim, conectará as ideias levantadas nos dois primeiros tópicos à luz dos conhecimentos bioéticos e de gênero, considerando ser os caminhos fundantes para uma compreensão criteriosa sobre a temática.

2. A “SÍNDROME” DA ALIENAÇÃO PARENTAL

Neste primeiro tópico do artigo objetiva-se analisar a teoria da síndrome da alienação parental (SAP) cunhada pelo psiquiatra norte-americano Richard Gardner nos anos 1980 e a alienação parental, a fim de compreender suas características e repercussões psicossociais.

Antes de conceitualizar a SAP e a alienação parental, precisa-se analisar o contexto de formulação da teoria pretendida por Gardner.

O médico do Departamento de Psiquiatria Infantil da Faculdade de Medicina e Cirurgia da Universidade de Columbia observou que o aumento do número de processos de divórcios, a partir dos anos de 1970 nos Estados Unidos, propiciava também a elevação dos conflitos acerca da guarda dos filhos envolvidos. Isso porque as crianças e os adolescentes demonstravam uma repulsa em relação a um dos genitores, recusando contato com o genitor não possuidor da guarda, frequentemente o pai, demonstrando reações emocionais extremadas em relação a esse (MANGIA, 2016). Tais situações ensejaram que Gardner estruturasse uma teoria médica que pudesse explicar tais embates.

Dias (2008) argumenta que o fim da relação conjugal é o contexto mais frequente em que se presencia a “síndrome” da alienação parental. Esse conflito dá-se diante do luto e do sentimento de rejeição, o que propicia o nascimento do sentimento de vingança pelo fim do relacionamento. Dessa forma, aquele que nutre – na maioria das vezes colocado sob a figura da mulher – esses sentimentos utiliza-se da fragilidade da percepção da criança envolvida para criar uma campanha dedesmoralização do outro, tido como o causador do fim da relação amorosa.

No mesmo sentido, Figueiredo (2017) escreve que a SAP ocorre no contexto de fim da relação conjugal que tenha filhos, em que um dos genitores, emocionalmente abalado e possuidor da guarda dos menores, usa ferramentas para agredir o outro, incutindo na mentalidade das crianças e dos adolescentes que o culpado por tanto sofrimento e dor é o genitor que deu causa ao fim da relação. Por isso, as crianças passam a considerá-lo como invasor e intruso, negando convivência e estabelecendo com o alienador uma relação simbiótica doentia. Logo, o vínculo entre filhos e o genitor vítima torna-se problemático.

A partir disso, o médico denominou de síndrome da alienação parental – *allientation syndrome* – uma complexidade de sintomas compor-

tamentais que as crianças e os adolescentes apresentavam em relação ao genitor que não possuía a guarda jurídica desses. Observou que os menores agiam com repulsa em relação ao genitor sem a guarda, o que obstaculizava uma relação saudável entre pais e filhos.

Dessa forma, o médico definiu a Síndrome da Alienação Parental como uma perturbação que surge principalmente no âmbito das disputas pela guarda e custódia das crianças. A sua principal manifestação é uma campanha de difamação perante a criança contra um dos pais, a qual não apresenta justificativa plausível. A primeira revelação ocorre com um dos pais fazendo campanha para difamar o outro genitor. É uma combinação de doutrinamentos sistemáticos com intervenções na vida da criança e no seu modo de agir ou pensar (GARDNER, 1985, n.p).

Gardner concluiu que a SAP seria a manifestação de comportamentos danosos por um dos genitores, frequentemente a mãe, que visava excluir e difamar o outro para as crianças e/ou adolescentes envolvidos, e esses cresciam com uma ideia patológica sobre a mãe/pai vitimado(a). Além desse comportamento, a “síndrome” caracteriza-se quando a criança/adolescente assume essas ideias como verdadeiras, o que impossibilita reviver momentos positivos que já viveu com o genitor vítima (GARDNER, 2002).

Além da definição de Gardner, é importante pontuar demais descrições que caracterizam a “síndrome” de alienação parental, como forma de melhor compreendê-la.

Para Maria Berenice Dias (2008), a “síndrome” de alienação parental apresenta-se em meio ao contexto familiar instável, em que diante da fragmentação da relação conjugal um dos genitores, como forma de vingança, espalha inconsistências “diabólicas” e “irracionais” sobre o outro diante dos menores envolvidos.

Na concepção de Vilma Carli (2019), a situação em comento perfaz-se na disputa da custódia dos filhos em meio ao processo de divórcio, em que o genitor que se sente humilhado e ferido emocionalmente com o fim da relação inicia uma série de atitudes aos menores, como forma desses acreditarem que o outro genitor é uma pessoa ruim e que não merece a convivência. Ainda, a autora argumenta que essa relação ocorre com mais frequência no ambiente materno, em vista que a mãe é, no contexto brasi-

leiro, a que detém, na maioria das vezes, a guarda dos filhos, em que pese ressaltar que pode ser realizada por ambos os genitores.

Ainda, para Isabela Hümmelgen e Kauan Cangussú, a “síndrome” da alienação parental seria:

um fenômeno de ordem psico-comportamental, a alienação parental normalmente ocorre no contexto de separação de um casal, muitas vezes na disputa de guarda dos/as filhos/as entre os genitores. O fenômeno, assim, diz respeito a qualquer comportamento de um dos genitores (normalmente, aquele/a que possui a guarda) para afastar as crianças do/a outro/a, sobretudo por meio de manipulações emocionais e psicológicas (HÜMMELGEN; CANGUSSÚ, 2017, p. 1).

Ademais, Mangia estabelece que os principais modos de estabelecer uma relação alienante entre genitor alienador, criança e genitor vítima são: tomar decisões importantes na vida dos infantes sem a participação de ambos os pais, não comunicar mudança de endereço, propagar comentários mentirosos ou desrespeitosos sobre a vítima para a criança e estabelecer uma relação de competição, permitindo que a criança posicione-se no meio desse conflito, sem saber discernir sobre a verdade (MANGIA, 2016).

Considerando a definição de SAP, compreende-se que há a necessidade da intervenção de um dos genitores, o qual é, majoritariamente, o responsável pela guarda, ao articular uma série de difamações e calúnias sobre o outro genitor para as crianças envolvidas, as quais acreditam nessas inverdades. Por sua vez, os menores agem de uma forma ativa na repulsa da convivência com o genitor alvo, concretizando que as informações repassadas pelo alienador são tidas como absolutas aos menores, apagando todos os momentos positivos que já tiveram com a vítima (MANGIA, 2016).

Dessa maneira, há no contexto de alienação parental, ao menos, três sujeitos. O primeiro como o genitor alienador (denominado também de genitor-alienante), responsável pelo programa de alienação. Além disso, as crianças e/ou adolescentes envolvidos, que internalizam, como verdade, as difamações, mentiras e calúnias sobre o outro genitor. Por fim, o genitor vítima (denominado também de genitor-alvo), o qual sofre as consequências da repulsa dos filhos na convivência parental.

Para Gardner (2002), esse distúrbio deve ser analisado enquanto

síndrome, no momento que essa definição engloba vários sintomas apresentados em conjunto, frutos de uma origem em comum. Definir a alienação parental como síndrome seria mais adequada em comparação a definição de doença, que pode não significar um conjunto de sintomas, mas sim um sintoma único. Nesse sentido, Gardner estrutura a “síndrome” da alienação parental como um complexo de oito sintomas, que são originados de uma etimologia em comum, justificando o uso da palavra síndrome.

Dessa forma, Gardner (2002) argumenta que os sintomas que as crianças apresentam incluem: realização de uma campanha difamatória contra o genitor alienado; racionalizações absurdas e inverídicas; não ambivalência pelo genitor vítima; apoio da criança ao genitor alienador; formação de um pensamento autônomo contra o genitor; crueldade; demonstrações de atitudes ensaiadas pelo alienador e animosidade em relação a vítima e seus familiares e amigos.

Figueiredo, com base nos oito sintomas apresentados por Gardner, os aglutina, resultando em cinco macro sintomas, como forma de melhor evidenciar e percebê-los. Para promover uma visualização mais didática e objetiva sobre esses, esse trabalho opta por os definir com base na categorização da autora, uma vez que os considera mais adequados e completos em comparação com os relatados por Gardner de forma mais abstrata e fragmentada.

O primeiro sintoma denomina-se “fenômeno do pensador independente”, o qual representa que as crianças externalizam a má-impressão do genitor alvo como convicções próprias e externas a qualquer influência. No entanto, quando se pede para esses justificarem o motivo dessas atitudes e falas, eles apresentam razões fracas e até incoerentes, o que demonstra que não é, de fato, fruto de uma pensamento autônomo, mas sim da influência do alienante. “A falta de ambivalência”, segundo sintoma, diz respeito que as crianças alienadas têm um comportamento homogêneo, frio e retilíneo com o genitor alvo, mas tais comportamentos não são coerentes, baseado da psicologia comportamental, de ser uma característica de crianças, vez que é normal elas apresentarem oscilações na convivência, não mantendo, constantemente, uma postura linear (FIQUEIREDO, 2017).

O terceiro sintoma é “a ausência de culpa”, em que a criança não apresenta sentimento de culpa ao realizar atitudes de desmoralização do

genitor alvo, fator que não é normal para as crianças, que tendem a se arrepender e pedir desculpas, isso demonstra que não partiu de uma intencionalidade do menor, logo, não há a formação de remorso ou arrependimento. “Os cenários emprestados” é o quarto sintoma que representa que as crianças envolvidas, frequentemente, agem de uma forma fantasiada e não espontânea, demonstrando um ensaio prévio para a realização das atitudes e comportamentos. Por fim, a “propagação ou extensão da animosidade aos amigos e/ou à família do genitor alvo” influi que a repulsa não se restringe ao genitor alvo, mas também engloba seu ciclo familiar e social (FIGUEIREDO, 2017).

Ainda, vale considerar que o uso da expressão síndrome ao invés de apenas alienação parental demarca a necessária participação da criança enquanto portadora da “síndrome”. Isso porque a expressão alienação parental demarca, tão apenas, a atitude alienatória por um dos genitores, independentemente da aceitação como verdade pela criança ou adolescente. Logo, a “síndrome” da alienação parental impõe a criança como alvo dessa alienação, por meio da qual acredita e reproduz as atitudes negativas em relação ao genitor vítima (MANGIA, 2016).

Assim, salienta Gardner que a “síndrome” da alienação parental é um conjunto da “lavagem cerebral” feita pelo alienador e a necessária contribuição do menor. O diagnóstico para Gardner é clínico por meio de observação dos sintomas do que seria a “síndrome”, como as atitudes supracitadas. A “síndrome”, em si, perdeu força quando a alienação parental repercutiu juridicamente em diversos tribunais no mundo, passando a ser tratada enquanto meio de maior proteção de crianças e adolescentes, retirando a necessidade da criança ser sujeito ativo para a concretização do abuso, bastando as manifestações inapropriadas por um dos genitores (GARDNER, 2002).

Em sentido semelhante, Figueiredo (2017) faz uma distinção entre a “síndrome” da alienação parental e a alienação parental. Essa diz respeito a atitude proposital do alienante de afastar o genitor alvo e os filhos. A SAP, por sua vez, cunhada pelo médico psiquiatra Richard Gardner, representa as sequelas psicológicas e comportamentais que afetam as crianças e/ou os adolescentes envolvidos fruto das atitudes da alienação parental. Dessa forma, a “síndrome” representaria o compilado de sintomas que, necessariamente, uma síndrome apresenta, como as sequelas das

atitudes de alienação parental.

Com base nisso, há graus ou estágios de apresentação dos sintomas, de acordo com o nível do distúrbio, podendo ser leve, moderado e severo; situação, essa, que englobará todos os sintomas. Porém, ainda assim, segundo Gardner, a configuração de “síndrome” é necessária e mais específica, em decorrência do conjunto de sintomas decorrer de uma origem comum (GARDNER, 2002).

As consequências sociais, psicológicas e psiquiátricas são problemáticas para as crianças, tidas como as principais vítimas, diante da vulnerabilidade inerente dos menores, os quais são detêm de mecanismos para fazerem cessar a relação patológica, aprofundando tais malefícios de acordo com o estágio apresentado.

[...] a criança vai gradativamente se distanciando do genitor não guardião em virtude da alienação sofrida. Percebe-se que, de início (estágio leve), a criança, apesar de estar em processo de alienação, não demonstra claramente tal sintoma. Impregnada por informações maléficas em desfavor do genitor não guardião, perante diversas táticas usadas pelo genitor alienante (estágio médio), a criança expõe facilmente sua posição nos momentos em que se encontra com aquele, porém, quando permanece sozinho com o genitor alvo, os sintomas, muitas vezes, desaparecem. No estágio mais grave, a criança se encontra-se num estado de fanatismo e medo aparente quando é posta junto ao genitor alvo nos momentos de visita, chegando a externar comportamentos violentos, dificultando sobremaneira sua convivência com o mesmo. Tais comportamentos afetam a vida da criança até mesmo quando ela não está junto ao genitor alvo, reforçando a ideia de que o sofrimento alimentado por este filho é deveras permanente, contínuo e doloroso (CUNHA, 2010, p. 76).

Diante do exposto é perceptível que os efeitos da “síndrome” da alienação parental são desastrosos e severos para o desenvolver saudável das crianças envolvidas. Os danos chegam a se assemelhar com os sentimentos de morte dos pais, familiares e amigos próximos, refletindo o contexto de sofrimento que os menores são inseridos. Desse modo, é comum que essas vítimas desenvolvam doenças psicossomáticas, revelando-se por meio de ansiedade, depressão, transtorno de identidade, nervosismo, agressividade, desorganização mental, podendo, inclusive, decorrer em

suicídio (FIGUEIREDO, 2017).

Ainda, há duas personalidades psicóticas que podem se desenvolver sobre os sujeitos envolvidos na alienação parental. O genitor-alienante pode apresentar o Complexo de Medeia, o que significa que esse personagem comete uma espécie de filicídio, no sentido que sua amargura, rancor e ódio apresentam-se para além da normalidade, especificamente para além dos limites de proteção da prole, o que provoca uma morte metafórica da criança. Ainda, esse mesmo sujeito pode apresentar transtorno psicótico compartilhado, sendo uma confusão comportamental que o coloca como o dominante da relação, controlando um ser mais passivo e, inicialmente, saudável. Por sua vez, os menores podem desenvolver a Síndrome do Estocolmo – normalmente apresentada por pessoas que foram sequestradas –, em que a vítima busca conquistar, aliar-se e compreender o sequestrador, no caso em comento, o genitor-alienador, como um mecanismo de proteção sobre a situação (FIGUEIREDO, 2017).

Assim, esse tópico demonstrou o contexto, definição e principais consequências psicossociais que envolvem a “síndrome” da alienação parental, demonstrando uma relação danosa para os sujeitos mais vulneráveis envolvidos, as crianças. Isso propicia tratar acerca do dispositivo jurídico que regula tais situações no Brasil e ainda iniciar as bases argumentativas para um olhar crítico da temática.

3. LEI DA ALIENAÇÃO PARENTAL BRASILEIRA (12.318/2010) E SUAS IMPLICAÇÕES JURÍDICAS EM UMA PERSPECTIVA CRÍTICA

A discussão sobre a “síndrome” da alienação parental ou simplesmente a alienação parental começou a ser discutida no Brasil a partir de 2002, por meio de decisões judiciais, de acadêmicos e pelo seio social. Desde 2006 essa temática é bem aceita pelos tribunais brasileiros, sobretudo, diante do aumento de casos de divórcio e de conflito de guarda de menores.

Com base nisso, a lei de Alienação Parental (Lei nº 12.318/2010) foi promulgada em coerência com as recentes discussões e implicações jurídicas sobre a temática, que regula de forma específica as situações de alienação parental no país. Carli Inocencio atribui que a Lei nº 12.318/2010 inovou no ordenamento jurídico brasileiro ao dispor pela primeira vez

sobre uma situação conflituosa que envolve os âmbitos jurídico, psicológico, psiquiátrico e acadêmico (INOCENCIO, 2019).

Em que pese a Constituição Federal de 1988 (CF/88), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Código Civil apresentarem dispositivos capazes de primar pela proteção da criança e do adolescente envolvido em conflitos familiares - com o exemplo dos artigos 227 do texto constitucional e do 7º do ECA, em que preveem a completa proteção dos menores em sua dignidade - a lei foi bem recebida nacionalmente, especialmente pelos tribunais. Nesse sentido, esse tópico analisará criticamente esse meio legal, discutindo definições, características, consequências e relevância jurídica.

O projeto de lei nº 4.053 – atual Lei da Alienação Parental - foi proposto pelo ex Deputado Federal Régis de Oliveira e analisado pela deputada e relatora Maria do Rosário na Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania desde 2008, que considerou a coerência da proposta legal em relação a constitucionalidade formal e material, legislando acerca da temática com o objetivo final de tecer mecanismos jurídicos para cessar a alienação parental (STRONG, 2010).

Diante de uma análise estritamente formal sobre o dispositivo legal vigente, a Lei nº 12.318/2010 dispõe em seu artigo 2º a definição sobre alienação parental, estabelecendo que esse transtorno é uma interferência dos genitores, dos avós ou dos que tenham autoridade, guarda ou vigilância sobre as crianças e aos adolescentes por meio da realização de uma campanha difamatória sobre um dos pais, afetando o desenvolvimento psicológico dos menores e prejudicando a manutenção de vínculo entre filho(a)-genitor(a). Em virtude dessa problemática, a lei tem como objetivo reestabelecer uma relação familiar saudável, assegurando o direito fundamental da criança e do adolescente (BRASIL, 2010).

Como mencionado no tópico anterior, o alienante pode ser a mãe ou/e o pai. A lei, por sua vez, deixou expresso a possibilidade da alienação parental ser realizada por avós ou por terceiros responsáveis pelos menores, abrangendo a possibilidade de agentes alienantes (MANGIA, 2016).

O dispositivo legal dispõe de um rol exemplificativo de condutas alienantes, as quais podem legitimar a proposição da ação judicial. As situações expressam a dificuldade de contato entre genitor(a) e filhos, omissões deliberadas sobre informações importantes da vida do menor para

um dos pais, obstáculos ao exercício de convivência familiar e propagação de campanha de desqualificação sobre um dos genitores aos filhos. Esses são, nesse sentido, hipóteses que legitimam o processamento da ação judicial tematizada (BRASIL, 2010).

Mangia, ainda, estabelece formas de alienação parental que dão ensejo à ação judicial, diante do fato de que a lei não prevê um rol taxativo de situações sobre o tema. Dessa forma, fica a cargo da academia, das situações concretas, dos juristas e da análise judicial a constante ampliação de possibilidades. Com base nisso, o autor elabora uma série de exemplos que legitimam a proposição da ação, são esses:

i) recusar a passar as chamadas telefônicas aos filhos; ii) organizar várias atividades com os filhos durante o período em que o outro genitor deve normalmente exercer o direito de visitas; iii) apresentar o novo cônjuge aos filhos como sua nova mãe ou seu novo pai; iv) interceptar as cartas e os pacotes mandados aos filhos; v) desvalorizar e insultar o outro genitor na presença dos filhos; vi) recusar informações ao outro genitor sobre as atividades em que os filhos estão envolvidos (esportes, atividades escolares, grupos teatrais, escotismo, etc.); vii) falar de maneira descortês do novo cônjuge do outro genitor; viii) impedir o outro genitor de exercer seu direito de visita; ix) esquecer de avisar o outro genitor de compromissos importantes (dentistas, médicos, psicólogos); x) envolver pessoas próximas (sua mãe, seu novo cônjuge, etc.) na lavagem cerebral de seus filhos; xi) tomar decisões importantes a respeito dos filhos sem consultar o outro genitor (escolha da religião, escolha da escola, etc.) [...] (MANGIA, 2016, p. 37-38).

Diante da possibilidade dos casos de alienação parental serem constituídos de acordo com a análise do caso concreto, Abreu e Duque desenvolvem considerações sobre alienação parental digital, a qual deve ser também considerada como violação da Lei nº 12.318/2010. Para os autores, o meio digital, sobretudo com a consolidação da pós-verdade, é um lugar propício para a realização da alienação. Os sujeitos alienadores usam as redes sociais para desqualificar o (a) genitor (a) alienado (a) com *prints* de conversas falsas e imagens inadequadas da vítima, a fim de que

a criança seja afastada dessa, além de ganhar maior repercussão entre os amigos e familiares no meio digital (ABREU; DUQUE, 2021).

Segundo Abreu e Duque, isso só é possível diante da era do pós-verdade, em que os usuários das redes sociais postam, compartilham e acreditam em situações e fatos que não foram verificados sobre sua veracidade. No entanto, diante da intensidade da repercussão digital, passam a ser replicados e considerados verdadeiros, o que acirra ainda mais a desqualificação da imagem do

(a) genitor (a) exposto (a). Desse modo, seria cabível que essa situação seja considerada pela lei da alienação parental (ABREU; DUQUE, 2021).

Dessa forma, o juízo, ao receber a petição inicial, determinará a realização de perícia psicológica ou biopsicossocial e a assistência legal do Ministério Público. A perícia deve ser conduzida por profissional ou equipe multidisciplinar habilitados, a fim de que essa análise não se restrinja apenas aos aspectos fáticos da ação judicial, mas que seja analisada de forma minuciosa e especializada, destacando a conduta dos psicólogos (BRASIL, 2010).

A atividade psicossocial estrutura-se de duas maneiras nos processos de alienação parental. A primeira é pela formação do laudo psicossocial, em meio ao processo, em que os pais e a criança e/ou demais envolvidos são ouvidos por uma equipe multiprofissional, inclusive por psicólogos, que são responsáveis por analisar os comportamentos, as falas e os documentos processuais para a formação do laudo, como forma da decisão judicial ser coerente com a conclusão desses profissionais, em que pese não ser vinculativo.

Ademais, a tarefa desses profissionais é também acompanhar as pessoas envolvidas em caso de determinação judicial ao final do processo, de acordo com a possibilidade legal do juízo estipular o tratamento psicológico ao alienante como uma das vias de condenação, conforme artigo 6º, inciso IV da Lei nº 12.318/2010.

As consequências jurídicas dispostas na lei, diante da concretização da alienação parental, apresentam grau, de acordo com o nível de gravidade da alienação cometida, podendo conduzir a uma advertência, multa, determinação de acompanhamento psicológico dos envolvidos, alteração de guarda e, no caso máximo, declaração de suspensão da autoridade

parental, isto é, perda do poder familiar sobre a criança ou adolescente (BRASIL, 2010).

Pela necessidade de uma abordagem crítica sobre a lei, Sousa e Brito argumentam que o Brasil apresenta estudos e debates escassos sobre a “síndrome” da alienação parental, o que permite que o tema seja naturalizado sem qualquer debate crítico (SOUSA; BRITO, 2011). Isso resulta que as pessoas recebem informações sobre o assunto sem um aporte acadêmico, jurídico e científico, o que conduz a uma aceitação do tema sem maiores problematizações.

O projeto de lei foi proposto, informalmente, por uma associação de pais separados diante da promulgação da lei sobre a guarda compartilhada, em que reivindicavam que a “síndrome” da alienação parental fosse tutelada legalmente, a fim de que a guarda compartilhada pudesse, de fato, ser aplicada no ordenamento jurídico brasileiro. Diante de uma comoção social em relação a temática, o projeto de lei foi processado rapidamente pelo Congresso Nacional, sem uma análise multidisciplinar devida. Por isso, a importância de analisar as motivações e dispositivos legais à luz da psicologia. Os principais argumentos do texto de justificação para o projeto de lei cercam condutas sobre a pessoa da mãe, como aquela que desenvolve sentimento de rejeição, de traição, surgindo uma tendência vingativa pelo fim da relação conjugal. Diante da insistência, pelo pai, para a convivência com os filhos depois do casamento, a mãe articula uma campanha para desmoralizar o ex-parceiro, a fim de afastá-lo dos menores (BATALHA; SERRA, 2019). Sem uma escuta social multidisciplinar, a fim de afastar argumentos do senso comum, a lei foi aprovada por um Congresso Nacional de maioria masculina, o que reforça uma padrão de gênero estereotipado sobre a figura da mulher.

A ausência de pesquisas e de publicações sobre o tema no país pela área da psicologia permitiu que a lei fosse sancionada tão apenas por argumentos de distúrbios e transtornos psicológicos e psiquiátricos gerais, focalizados em casos individuais. O projeto embasou-se em um livro feito pela associação de pais mencionada, que coletaram discussões sobre o tema, mas sem qualquer base científica e jurídica consolidadas que resultassem em uma lei multidisciplinar (SOUSA; BRITO, 2011).

Os argumentos que sustentaram a formulação da lei são relatos de que a separação conjugal desperta um sentimento de raiva e de vingança

em um dos envolvidos/genitores, primordialmente no genitor guardião dos filhos, majoritariamente a mãe, o que propicia que esse desenvolva as campanhas de alienação ou de que esses possuam um distúrbio mental ou comportamental. Esses argumentos, no entanto, são incoerentes com um desenvolver analítico necessário no âmbito da psicologia para que essas conclusões sejam aferidas. Dessa forma, a lei, em que pese ter um viés psicológico, carece de bases desse conhecimento (SOUSA; BRITO, 2011).

Além disso, diante do rol não taxativo sobre situações que a lei compreende como alienação parental, é permitido que inúmeras situações sejam postas como alienantes, como foi mencionado, requerendo a intervenção estatal sobre o núcleo familiar. Isso propicia que os pais e as crianças passem a serem tuteladas pelo Estado, o que é incoerente com a própria definição legal da alienação parental, que deveria, em primeiro lugar, primar por uma resolução de conflito no âmbito da psicologia e não no âmbito jurídico (SOUSA; BRITO, 2011).

A resolução pela via da psicologia seria, dessa forma, o campo de resolução de conflitos de forma mais adequada, sem uma interferência estatal que não pudesse proporcionar, de maneira adequada, esses pressupostos, protegendo os envolvidos de toda a exaustão física, mental, econômica que um processo judicial acarreta.

Ainda, um aspecto crítico sobre a lei é a confusão em relação ao trabalho dos psicólogos envolvidos. O parágrafo primeiro do artigo 5º da lei em comento expressa que os psicológicos devem por meio de exame dos documentos dos autos e demais mecanismos de análise formular o laudo e o parecer psicossocial. Isso, no entanto, vai de encontro com a Resolução nº 007 de 2003, em que diz que a aferição de documentos nos autos não pode ser analisada por esses profissionais.

Os psicólogos, ao produzirem documentos escritos, devem se basear *exclusivamente* nos instrumentais técnicos (entrevistas, testes, observações, dinâmicas de grupo, escuta, intervenções verbais) que se configuram como métodos e técnicas psicológicas para a coleta de dados [...] (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2003, *online*, grifo nosso).

Dessa forma, percebe-se um erro legal ao permitir que esses profissionais analisem esses documentos, vez que é de responsabilidade dos juristas tais análises e defesas, cabendo aos psicólogos a análise sobre

comportamentos, históricos e avaliações que envolvam essa área do conhecimento.

Para as psicólogas Analícia de Sousa e Leila de Brito, as sanções trazidas pela lei podem reforçar sofrimentos as crianças envolvidas, especialmente quando suspende o poder familiar, restringe o contato com o genitor tido como alienante ou muda a guarda, forçando que as crianças tenham uma mudança brusca de vida. Isso é prejudicial em vista de tratar um problema e gerar outro, na medida em que se compreende os males de uma relação entre pais e filhos distanciados, mas que se legitima, por meio da lei, em separar os filhos dos genitores alienantes, reforçando que os conflitos familiares permaneçam (SOUSA; BRITO, 2011).

É nesse contexto de crítica e de ausência de resultados favoráveis para as crianças e adolescentes envolvidos que há uma mobilização de parte da academia, da advocacia e do Poder Legislativo na defesa da revogação da Lei da Alienação Parental, em vista da legislação reforçar paradigmas de gênero e manter ou acirrar as vulnerabilidades dos infantes, especialmente quando há troca de guarda, no momento em que esses passam a conviver definitivamente com o não possuidor originário da guarda e são afastados do (a) genitor (a), considerado alienador (a), fator que não resolve a desarmonia familiar, mas sim acarreta mudanças bruscas na rotina das crianças.

Nesse sentido, a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Maus-Tratados (CPI) do Senado Federal concluiu, em 2018, que as decisões judiciais sobre alienação parental estavam reforçando violência, ao invés de primar pela proteção integral das crianças, o que deturpa o propósito legal. Diante disso, apresentou o Projeto de Lei do Senado nº 498/2018, que propõe a revogação da Lei da Alienação Parental sob os argumentos de que os casos de alienação parental reforçam os maus-tratos e colocam as crianças sob a responsabilidade de genitores perigosos, diante da decisão de inversão de guarda.

Ademais, a CPI relatou que grande parte dos casos de alienação parental envolvem pais abusadores sexualmente, que diante da ameaça de serem denunciados, processam as mães com base na Lei nº 12.318/2010 e essas perdem a guarda, colocando os menores sob os cuidados do genitor abusador. Essa proposta deu ensejo a diversas discursões em audiências públicas, ouvindo representantes da advocacia, academia, assistência so-

cial, psicologia e áreas afins (BRASIL, 2020).

A tramitação na Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado Federal, sob a relatoria da Senadora Leila Barros findou em 18 de fevereiro de 2020 com o parecer não pela revogação, massim por alterações substanciais na Lei da Alienação Parental, em que passaria a filtrar os casos de alienação parental, para evitar o uso inadequado desse dispositivo e findar o uso da lei para inibir a denúncia de abuso sexual, primando pela melhor análise judicial com o reforço da atividade psicossocial e com a primazia que a guarda seja concedida para o (a) genitor (a) que, de fato, zele pelo cuidado com as crianças. Desde 17 de abril de 2020 a proposta está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, sem novas alterações (BRASIL, 2020).

Na Câmara dos Deputados também há mais de cinco projetos de leis para a revogação ou alteração da Lei da Alienação Parental com o mesmo viés argumentativo da proposta anterior. O projeto que aglutina as demais propostas é o Projeto de Lei 6.371/2019, de autoria da deputada Iracema Portella que defende a revogação da Lei nº 12.318/2019 e está atualmente em análise na Comissão de Seguridade Social e Família para seguir para as Comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania, a fim de ser posta em votação em plenário (BRASIL, 2019).

Dessa forma, percebe-se certas omissões e falhas que cercam a Lei da Alienação Parental no Brasil, suscitando projetos de lei para a sua necessária revogação. Considerando isso, requer-se que a alienação parental seja analisada de maneira crítica à luz da Bioética e do gênero, como forma de a compreender com embasamento crítico e científico necessários.

4. A ALIENAÇÃO PARENTAL SOB A PERSPECTIVA DA BIOÉTICA E DE GÊNERO

Analisar a alienação parental de forma crítica não conduz a descredibilizar a importância do tema e a necessidade máxima de proteção aos sujeitos mais vulnerabilizados envolvidos, isto é, as crianças e os adolescentes. É preciso, ao contrário, refletir à luz de paradigmas fundamentais que cercam a temática, os quais não podem ser negligenciados, como o aporte da Bioética e do gênero.

Strong (2010) alia a Bioética com a família, no momento em que os conhecimentos dessa disciplina são cruciais para serem observados

nas situações familiares, especialmente quando se trata de resoluções de conflitos. Para isso, a estudiosa relata que a disciplina surgiu em 1970, nos Estados Unidos, e vem sendo aplicada e desenvolvida em todo o mundo. O início dos estudos da Bioética foram relacionados a experimentação em seres humanos, transplantes de órgãos, avanços médicos e tecnológicos, necessitando de uma regulamentação ética sobre essas discussões. Foi pelas contribuições de Van Rensselaer Potter, oncologista norte-americano, que a Bioética tornou-se ainda mais discutida e ampliada, inclusive sendo denominada pelo médico.

Nesse sentido, a discussão inicial sobre a disciplina destinava a estudar os aspectos biomédico e ético-profissional, como forma de reconduzir a relação médico-paciente diante das inovações tecnológicas e avanços médico-científicos. Com isso, os princípios da beneficência, não-maleficência, autonomia e justiça – conduzidos pela obra *Princípios da Ética Biomédica* de Tom Beauchamps e James Childress – tornaram o paradigma da Bioética, ainda que novos conceitos e discussões, hoje, aprofundem o potencial e a expansão da disciplina (STRONG, 2010).

Atualizando ainda mais a área de estudo, Potter definia a Bioética como uma ciência da sobrevivência humana que visa a defesa da dignidade, qualidade de vida e do meio ambiente. Por essa razão, o autor, a dividiu em: Bioética ponte (relação entre ciência/ciência biológica e humanidade/ética), Bioética global (desenvolvimento de uma ética ecológica) e Bioética profunda (abordagem cibernética que discute as formas de prover sabedoria e conhecimentos para a sobrevivência humana). Daí uma evolução na definição da disciplina, a qual passa a ser uma ciência cibernética que conjuga humildade científica, responsabilidade, multidisciplinariedade em relação a humanidade (POTTER, 1998).

Dessa forma, Strong argumenta que as ciências humanas e sociais fazem parte da Bioética profunda, em virtude da possibilidade da disciplina ser posta e discutida em todas as áreas do conhecimento (STRONG, 2010). Nesse sentido, as discussões que envolvem família podem ser refletidas à luz da Bioética. De forma ainda mais específica, a alienação parental deve ser discutida com base na Bioética, como forma de trazer a esse âmbito os conhecimentos da disciplina, a fim de que haja um aparato científico capaz de tratar todas as vertentes que a alienação parental invoca, como análise médica, judicial, social, científica e cultural.

Aliar os conhecimentos da Bioética à família é compreender a complexidade de temas que cercam a relação familiar e prover meios de resoluções de conflito de modo humanizado. Os referenciais bioéticos permitem que as pessoas compreendam que enquanto humanos e viventes em sociedade são vulneráveis e, por meio disso, devem desenvolver aspectos de autonomia que protejam essa vulnerabilidade. Esses dois entendimentos são cruciais para a resolução de conflitos no âmbito familiar (STRONG, 2010).

Diante disso, o conceito de vulnerabilidade pela Bioética é fundante. A vulnerabilidade foi, primeiramente, posta nas situações sobre as pessoas que eram escolhidas para servirem de testes em experimentos humanos, os quais eram os grupos mais desprotegidos socialmente - como órfãos, prisioneiros, idosos, judeus, negros, etc. A partir disso, surgiu a necessidade de uma ética sobre essas arbitrariedades que considerasse respeito, beneficência e justiça, a fim de que esses elementos fossem assegurados para todas as pessoas, especialmente aos grupos sociais historicamente vulnerabilizados, assegurando dignidade humana e autonomia a todas as pessoas (STRONG, 2010).

A conceituação de vulnerabilidade liga-se ao de família no sentido de que essa definição precisa ser levada em conta em relação aos núcleos familiares, sobretudo, no momento de separação, em que a fragilidade dos envolvidos é perpassada por abalos emocionais, físicos e materiais, diante da transformação da configuração familiar. Os conflitos que envolvem guarda, mudança de residência ou de localidade, separação de bens, organização de visitas aos filhos e, de maneira relevante ao trabalho, a alienação parental, são fatores que vulnerabilizam as pessoas e, por isso, os profissionais que cercam essas situações, como advogados, psicólogos, assistentes sociais, juízes devem ter uma ética de preservação da autonomia e de cuidado; conhecimentos, esses, ofertados pela Bioética (STRONG, 2010).

Considerando esse aporte plural e humanizado ofertado pela Bioética, é importante tecer considerações acerca da alienação parental, a fim de aprofundarmos as discussões que cercam o tema, de modo coerente aos conhecimentos da disciplina.

A teoria de Gardner, definida e caracterizada no primeiro tópico, que trata a alienação parental enquanto síndrome sofre críticas científicas e

clínicas. Quanto as críticas de aspectocientífico, entende-se que Gardner não pautou a sua teoria em uma base científica em que houvesse provas substanciais para a caracterização da “síndrome”. Cientistas médicos relatam que faltou baseobjetiva, validade, confiabilidade e dados empíricos nos argumentos levantados por Gardner. Isso pode ser percebido diante de que todas as publicações do autor sobre a teoria foi posta em editoriais próprios e nenhum artigo foi aceito em faculdade ou sociedades científicas (MANGIA, 2016).

Quanto as críticas de aspecto clínico, Gardner, em seu diagnóstico de “síndrome” de alienação parental apenas usava sua visão sobre o comportamento das crianças e adolescentes envolvidos, atribuindo aos menores a responsabilidade de serem inseridos ou não em um convívio familiar doente. Dessa forma, certas atitudes desses sujeitos, escolhidas pelo médico sem bases e estatísticas científicas, eram suficientes para o diagnóstico da “síndrome” (MANGIA, 2016).

A conclusão a que se chegou foi que a teoria de Gardner foi estruturada por meio da observação da rotina judicial dos casos de divórcio e guarda, em detrimento de uma análise científica, dessa forma, carece de bases para ser considerada uma síndrome, em que pese a alienação parental enquanto meio jurídico ser ainda instrumento de proteção de crianças e adolescentes.

Além disso, a Organização Mundial da Saúde, a Associação Americana de Psiquiatria e a Associação Espanhola de Neuropsiquiatria são algumas instituições de credibilidade médica científica que não reconhecem a “síndrome” da alienação parental como um quadro psicopatológico, em virtude de carecer de base empírica (BATALHA; SERRA, 2019).

Ainda, a perspectiva crítica sobre o tema deve também abarcar questões sobre gênero.

Gardner na maioria das publicações sobre o tema caracteriza o genitor alienador como a mãe, a mulher. Para o médico psiquiatra é a mãe que incita os filhos a desenvolverem a “síndrome” da alienação parental. Para sustentar a sua teoria superficial, o médico caracteriza a mulher como irracional, histérica e manipuladora, que tem a intenção de promover a campanha difamatória sobre o pai aos filhos. A teoria da “síndrome” da alienação parental tem um desenvolver misógino que culpabiliza de forma quase exclusiva a mãe (SOTTOMAYOR, 2011).

Os estereótipos criados caricata a figura da mãe como egoísta e controladora que não admite que os filhos possam conviver harmonicamente com o pai, depois do fim da relação conjugal, e por isso, entende-se como a única pessoa em que os menores devem obedecer e amar, colocando o pai como o invasor ou como o culpado pelo fim do casamento, não merecendo ter mais relação familiar. A mãe, então, disfarça a sua personalidade manipuladora por meio da campanha psicológica.

A maioria dos casos de alienação parental é praticada pela figura do alienador materna, que tem como perfil um indivíduo superprotetor, comportamento comum do genitor alienante. O alienador se ampara pelo desejo vingativo e egoístico, implantando falsas acusações para que o filho menor expresse sentimentos de antipatia, desprezo e ódio pelo seu próprio pai, causando a destruição do vínculo familiar entre eles, querendo essa alienadora ficar com a guarda exclusiva da prole (FERNANDES; CARDONE, 2016, p. 3).

Além disso, a mulher é vista como mentirosa e paranoica. Isso é percebido quando se alia alienação parental e denúncia de abuso sexual. Figueiredo analisa que faz parte de uma das atitudes do genitor alienador, a mãe, denunciar o pai por abuso sexual, o que ocasiona a decisão judicial de afastamento do pai aos filhos, indo ao encontro da intenção da mãe (FIGUEIREDO, 2017). No entanto, essa análise ignora o cenário da cultura do estupro que, infelizmente, ocorre entre os familiares, impondo a mãe o papel de histérica, exagerada e raivosa que utiliza de mecanismos extremados para atingir seu objetivo. Importante memorar que os projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional possuem como principais argumentações para a revogação da Lei da Alienação Parental a falsa denúncia da alienação, pelo pai, como meio de afastar que seu abuso sexual seja desvelado.

Diante disso, a alienação parental tem bases dentro dos padrões de gênero, e por isso, precisa ser discutida levando em conta esses critérios. A figura da mulher ainda é vista como a de dona de casa e mãe, dessa forma, padroniza que o seu comportamento deve atender a esses requisitos. Todas as atitudes fora do padrão esperado geram para as mulheres consequências danosas, e por isso, a alienação parental precisa ser melhor compreendida, a fim de que não esteja contribuindo para o reforço dos papéis de gênero imposto, incitando ainda mais violência a mulheres aos

filhos, como sujeitos mais vulnerabilizados da relação.

Ainda que os textos, artigos e livros sobre o tema tratem a figura da mãe e do pai com linguagem neutra, na maioria das vezes os exemplos e argumentos colocam a mulher como a alienadora. Com base nisso, é crucial levantar tais discussões, como forma de expandir o olhar sobre a alienação parental.

Portanto, é necessário analisar a alienação parental com base nos conhecimentos da Bioética, a qual prevê a garantia de resolução de conflitos de forma humanizada, com base em uma ética que vislumbre as pessoas envolvidas, garantindo suas dignidades e autonomias, e isso invoca a necessidade de discutir gênero em relação ao tema.

5. CONCLUSÃO

O artigo pretendeu compreender a “síndrome” da alienação parental sob o enfoque da Bioética e de gênero, a fim de suscitar bases para melhor analisar a teoria em sua definição e propósito.

As situações de conflitos familiares de divórcio e de guarda dos filhos ocasionam danos emocionais, materiais e psicopatológicos que vulnerabilizam os sujeitos envolvidos, especialmente as crianças e os adolescentes. Diante disso, Gardner teorizou que a “síndrome” da alienação parental seria um complexo de sintomas que as crianças desenvolviam em virtude de estarem sob uma campanha alienante de um dos pais.

Como mencionado, um dos genitores, majoritariamente o que detém a guarda, articula uma espécie de “lavagem cerebral” sobre as crianças difamando, culpabilizando e maldizendo o genitor-alvo, a fim de que os menores rompam com a relação entre pais e filhos, passando a encarar a vítima como um estranho, dificultando uma relação familiar saudável para além do casamento.

Com base nisso, os menores passam a apresentar falsas memórias, falas e atitudes ensaiadas contra o genitor vítima sem que seja, de fato, fruto da sua intenção, mas sim em virtude da alienação. Como principais consequências, as crianças apresentam distúrbios psicológicos como ansiedade, depressão, nervosismo, agressividade por estarem em um convívio familiar instável e conflituoso.

A teoria chegou ao Brasil a partir dos anos 2000, primeiro sendo discutida em processos judiciais pontuais e posteriormente ganhou visibilidade

de com a promulgação da Lei da Alienação Parental (Lei nº 12.318/2010). Esse dispositivo legal não expressa a palavra “síndrome”, devido ao fato de estabelecer que a atitude alienante feita por um dos pais ou terceiros relacionados seja suficiente para a intervenção estatal, não necessitando da crença ou da apresentação de sintomas pelas crianças. Nesse sentido, a lei estabelece um rol não taxativo sobre as situações alienantes, bem como as medidas e punições cabíveis para fazer cessar a violência, protegendo as crianças e os adolescentes.

Considerando essas bases, a pesquisa analisou o tema sob a perspectiva crítica, especialmente em vista dessa “síndrome” não ter base médica e científica, sendo negada pelos principais institutos médicos. Por isso, questionou se essa teoria seria uma base médico-científica adequada para lidar com as situações semelhantes de conflitos familiares. Para responder, o trabalho embasou-se nos conhecimentos da bioética e de gênero como forma de investigar a alienação parental sob esses vieses.

Diante desses questionamentos e visões críticas que se pauta a argumentação sobre os projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional, a exemplo do proposta de Lei nº 498/2018, em andamento no Senado Federal e do Projeto de Lei 6.371/2019, na Câmara dos Deputados. Ambas evidenciam o acirramento das violências nesses contextos familiares e propõem ou substanciais alterações na Lei da Alienação Parental ou a sua revogação. Em que pese a revogação ser o caminho adequado para sanar esses danos, as propostas de alteração da lei já concluem pela sua disfuncionalidade e seu desvio de propósito, requerendo a intervenção legislativa à luz da proteção integral das crianças.

A Bioética auxilia o âmbito familiar ao teorizar que é preciso uma ética para lidar com esses conflitos, levando em consideração que os sujeitos envolvidos são vulneráveis, especialmente aqueles que historicamente foram marginalizados socialmente, como as crianças e as mulheres. Isso requer que os profissionais envolvidos nesses casos ajam responsabilidades, a fim de preservar a dignidade e a autonomia dos sujeitos.

Diante disso, conclui-se que a estrutura da “síndrome” da alienação parental e, como consequência, o dispositivo jurídico brasileiro não é coerente para lidar com esses conflitos com base nos pressupostos da Bioética, uma vez que essa discussão requer base científica, prejudicando a defesa da ética pretendida.

Isso é ainda maximizado quando percebe, como demonstrado, que a “síndrome” da alienação parental ignora a desigualdade de gênero, culpabilizando e estereotipando a figura da mãe como a principal causadora desses males, caricaturando-a como vingativa, paranoica, exagerada, louca e raivosa, o que reforça padrões de gênero que são sempre violentos e excludentes.

O trabalho propõe que essa violência seja denominada como abuso de poder familiar, em virtude de que a relação entre pais e filhos é pautada, juridicamente, pelo poder familiar, dessa forma, pais e mães têm direitos e deveres em relação aos filhos. No caso da guarda, o não detentor passa a ter direito de convivência, de acompanhar o desenvolvimento das crianças e construir uma relação próxima, ainda que depois do casamento. Dessa forma, todas as intervenções que afastam a concretização desses direitos são abusivas, estruturando, então, a noção de abuso de poder familiar.

Diante disso, o ordenamento jurídico brasileiro tem mecanismos para fazer cessar essa violação de direitos, como o artigo 178 do Código Civil que legisla sobre o acometimento de atos ilícitos e que devem ser reparados. Além disso, as crianças e os adolescentes têm proteções consolidadas pela CF/88 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Esses seriam os meios para que se rompesse a discussão sobre “síndrome” da alienação parental diante da sua escassez de sentido, de credibilidade médico-científica e de seu caráter misógino, como forma de aliar os pressupostos da Bioética com os mecanismos legais disponíveis no nosso ordenamento, estruturando uma ética aos profissionais envolvidos como juízes, advogados, psicólogos, assistentes sociais dentre outros que pautem as vulnerabilidades dos envolvidos dentro da perspectiva médica, psicológica, social e cultural.

REFERÊNCIAS

ABREU, Arthur Emanuel Leal; DUQUE, Bruna Lyra. Alienação parental digital na era da pós-verdade. *Revista Eletrônica Direito e Sociedade*, v. 9, n. 2, Canoas, 2021. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/redes/article/view/5660>. Acesso em: 01 set. 2021.

BATALHA, Glaucia Fernanda Oliveira Martins; SERRA, Maiane Cibele de

Mesquista. Produções discursivas de gênero: uma reflexão crítica sobre a lei 12.318/2010 e a “síndrome da alienação parental”. *Revista de Direito de Família e Sucessão*, v. 5, n. 2, Belém, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/339678536_PRODUCOES_DISCURSIVAS_DE_GENERO_um_a_reflexao_critica_sobre_a_Lei_123182010_e_a_Sindrome_da_Alienacao_Parental. Acesso: 27 mai. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei 6.371/2019*, 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2233358>. Acesso em 05 ago. 2021.

BRASIL. *Lei nº 12.318*, de 26 de agosto de 2010. Lei sobre alienação parental. Brasília, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112318.htm. Acesso em: 12 mar. 2021.

BRASIL. Senado Federal. *Projeto de Lei do Senado Nº 498/2018*. Parecer da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, 2020. Disponível em:

<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8068230&disposition=inline#Emenda1>. Acesso em 05 ago. 2021.

CARLI, Vilma Maria Inocencio. Uma reflexão jurídica, bioética e social da Síndrome da Alienação Parental no Brasil. In: Negri, Stefania; ZAMUNDO, Teodora (org.). *Direitos Humanos, Bioética, Meio Ambiente e Saúde*. 1. ed. Salerno, 2019.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Resolução nº 007*, de 14 de junho de 2003. Institui o Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes de avaliação psicológica e revoga a Resolução CFP nº 17/2002. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2003/06/resolucao2003_7.pdf. Acesso em 17 mar. 2021.

CUNHA, Liliane Teresinha da. *Possibilidade de perda do poder familiar em decorrência da alienação parental*. 2010. 174 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2010. Disponível em: <https://www.riuni.unisul.br/handle/12345/1058>. Acesso: 25 mai. 2021.

DIAS, Maria Berenice. *Síndrome da alienação parental e tirania do guardião: aspectos psicológicos, sociais e jurídicos* - APASE. Porto Alegre: Editora Equilíbrio, 2008.

FERNANDES, Maysa Meireles; CARDONE, Rachel dos Reis. Alienação

parental e o dano moral na relação familiar. *Revista de Direito e Família e das Sucessões*, vol. 3, n. 7, Belém, 2016, p. 77-

Disponível em: http://biblioteca2.senado.gov.br:8991/F/?func=item-global&doc_library=SEN01&doc_number=001085391. Acesso: 01 mai. 2021.

FIQUEIREDO, Cláudia Roberta Leite Vieira. A ira dos anjos: uma análise psicológica e jurídica da alienação parental. *JURIS - Revista da Faculdade de Direito*, [S. l.], v. 27, n. 2, p. 119–138, 2017. DOI: 10.14295/juris.v27i2.7098. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/juris/article/view/7098>. Acesso em: 17 mai. 2021.

GARDNER, Richard. A Recent trends in divorce and custody litigation. *The Academy Forum*, v. 29, n. 2, 1985. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/Recent-Trends-in-Divorce-and-Custody-Litigation-by-Gardner/94e868c2d95ed03bae29f1d2fe10a1df6fe99d97>. Acesso em: 15 mai. 2021.

GARDNER, Richard. Parental Alienation Syndrome vs. Parental Alienation: which diagnosis should evaluators use in child-custody disputes? *American Journal of Family Therapy*, 30 (2), 93–115, 2002. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/2002-12363-001>. Acesso em: 15 mai. 2021.

MANGIA, Tainan Wilque da Silva. A síndrome de alienação parental no âmbito psicossocial com repercussão no mundo jurídico. *Jornal Eletrônico Faculdades Integradas Vianna Júnior*, v. 8, n. 2, Juiz de Fora/MG, dezembro 2016. Disponível: <https://www.jornaleletronicofivj.com.br/jefvj/article/view/453>. Acesso: 20 abr. 2021.

POTTER, Van Rensselaer. Palestra apresentada em vídeo no IV Congresso Mundial de Bioética. Tóquio/Japão 4 a 7 de novembro de 1998. *O Mundo da Saúde*, v. 22, n. 6, p. 370-374, 1998.

SOTTOMAYOR, Maria Clara. *A fraude da síndrome de alienação parental e a proteção das crianças vítimas de abuso sexual*. Texto correspondente à comunicação proferida na Conferência Internacional “O Superior Interesse da Criança e o Mito da “Síndrome de Alienação Parental”, no painel “A síndrome de alienação parental e os riscos para os direitos das mulheres e das crianças”, 2011. Disponível em: http://www.eas.pt/wp-content/uploads/2014/01/A-fraude-da-SAP-e-a-protecc_o-das-criancas-v%C3%ADtimas-de-abuso-sexual.pdf. Acesso em: 19 jun. 2021.

SOUSA, Analícia Martins de; BRITO, Leila Maria Torrada de. Síndrome de alienação parental: da teoria norte-americana à nova lei brasileira. *Revista Psicologia: ciência e profissão*, v. 31, n. 2, p. 268-283, 2011. Disponível em: [https://www.scielo.br/j/pcp/a/H7w9kPHrY86XM9DXZLKvJtF/?](https://www.scielo.br/j/pcp/a/H7w9kPHrY86XM9DXZLKvJtF/?lang=pt&format=pdf)

lang=pt&format=pdf. Acesso em: 31 mai. 2021.

STRONG, Maria Isabel. *Bioética e família: Um olhar bioético sobre dispositivos brasileiros para guarda de filhos*. Dissertação de Mestrado em Bioética. São Paulo: Centro Universitário São Camilo, 2010. Disponível em: <https://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-93220/bioetica-e-familia--um-olhar-bioetico-sobre-dispositivos-brasileiros-para-a-guarda-de-filhos>. Acesso: 20 mai.2021.

WAQUIM, Bruna Barbieri. *Criminalizar a alienação parental é a melhor solução?* Reflexões sobre o projeto de lei nº 4488/2016. *Civilistica*. com, a. 5, n. 2, 2016. Disponível em: <http://civilistica.com/wp-content/uploads/2016/12/Waquim-civilistica.com-a.5.n.2.2016.pdf> Acesso em: 6 jun. 2021.